

SEMANA INDÍGENA: AÇÕES E REFLEXÕES INTERCULTURAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Ana Maria Petersen^{*}
Maria Aparecida Bergamaschi^{**}
Simone Valdete dos Santos^{***}

Curumim chama cunhatã que eu vou contar
Antes que os homens aqui pisassem
Nas ricas e férteis terras brasileiras
Que eram povoadas e amadas
Amadas por milhões de índios
Reais donos felizes
Da terra do pau Brasil
Pois todo dia e toda hora era dia de índio
Mas agora eles só têm um dia
Um dia dezanove de abril¹

“Terra dos mil povos”. Assim Kaka Werá Jacupé apresenta o pedaço da América que denominamos Brasil, referindo a multiplicidade de povos que aqui viviam quando os europeus chegaram, ocuparam o território e nomearam todos os seus habitantes de índios. “O índio não chamava nem chama a si mesmo de índio. O nome ‘índio’ veio trazido pelos ventos dos mares do século XVI...”, explica Jacupé (1998, p. 13), usando conhecimentos transmitidos por seus ancestrais para contar a história indígena do nosso país, num belo livro de sua autoria. No Brasil contemporâneo vivem mais de 200 povos que resistiram às cruéis investidas colonizadoras de outros povos, vindos da Europa com o intuito de acumular riquezas, obter lucros e tornarem-se proprietários das terras que eram e ainda são bens comuns de todos os que nela habitam, conforme as concepções indígenas. “Somos parte da terra e ela é parte de nós”, diz Jacupé (p. 61), referindo-se a simbiose das pessoas indígenas com a terra e com toda a natureza.

Há uma tendência muito forte na sociedade ocidental em não reconhecer as diferenças étnicas dos povos indígenas, uma postura que não é casual, mas constituída ao longo da história, na seqüência de ações que buscaram enquadrar a multiplicidade na denominação genérica “índios”. Esse olhar foi incapaz de enxergar a diversidade das formas de vida, as trajetórias e apropriações que cada grupo fez e faz nas relações de contato, elaborando as tradições através de um processo que demonstra sua atualidade.

* Mestre em Educação, Professora de Psicologia da Educação da Faculdade de Educação da UFRGS.

* * Doutoranda em Educação, Professora de História da Educação na Faculdade de Educação da UFRGS.

* ** Doutora em Educação, Professora de História da Educação na Faculdade de Educação da UFRGS.

¹ Curumim chama Cunhatã que eu vou contar, música de Jorge Bem Jor.

Darcy Ribeiro (1977, p.14) assevera que os povos indígenas foram submetidos a um processo que os força constantemente a “transformar radicalmente seu perfil cultural (...) transfigurando sua indianidade, mas persistindo como índio”. A advertência do antropólogo é pertinente para pensar essa “terra dos mil povos”, que foi e ainda é povoada por grupos que criam e recriam suas concepções de mundo, buscando a cada momento religar o que ocorre na natureza com o dinâmico ordenamento do mundo social, como todos os demais povos, que vivem dinamicamente sua cultura em processos constantes de transformação.

Cada povo indígena tem seu modo particular de viver, sustentado por uma cosmologia que apresenta traços que os assemelham, mas também os diferenciam da cosmologia ocidental moderna, gestada na Europa e importada para a América nas sucessivas imigrações que ocorreram nesses últimos 500 anos. A cosmologia européia que predomina nas sociedades não indígenas entrou em contato com as concepções de mundo dos povos indígenas e também se transformou. Diz Kusch que no encontro do ser europeu que se mobiliza pela ação, com o estar indígena, o estar aí da contemplação, houve uma fagocitação, em que ambos foram modificados, porém cultivando antigas formas de ser e estar. Isso nos indica que há uma continuidade no modo de estar indígena, que não foi destruído completamente e que permanece em nós, assim como nas aldeias indígenas brasileiras, que mantêm sua língua, a tradição oral, seu modo de viver, entre outros elementos que expressam suas concepções de mundo, inspiradas na ancestralidade e reatualizadas no presente.

Desde os primeiros encontros de indígenas e europeus, muitas admirações, incompreensões e estranhamentos foram gerados, de ambos os lados. Evidentemente, o maior prejuízo ficou com os povos indígenas, destruídos no direito de existir na sua multiplicidade étnico-cultural e destituídos da terra, o mais precioso bem. Porém, incansáveis nas formas de se organizar, não só no Brasil, mas em consonância com os povos indígenas da América e do mundo, observamos na atualidade um forte movimento de afirmação étnica e luta pelos direitos. No I Congresso Indigenista Internacional, realizado na cidade de Patzcuaro, México em 1940, além de outras deliberações importantes para a organização dos povos indígenas de todo o mundo, foi instituído o Dia do Índio², data referência para organização e celebração dos povos indígenas que acalentam sonhos de uma vida melhor para todos que habitam a mãe-terra.

Dia do Índio representa para nós a alegria de viver e viver bem. O Dia do Índio significa o respeito às crianças. O Dia do Índio significa o respeito aos mais velhos. O Dia do Índio significa o respeito às águas, o respeito aos animais, aos peixes e aos pássaros. O Dia do Índio significa o respeito à terra, viver com a terra e o meio ambiente. O Dia do Índio significa que morreram mais de mil povos. O Dia do Índio significa que depois dos portugueses, os africanos, vieram os árabes, os judeus, os asiáticos e todos que descobriram porque nós os índios, amamos o

² O governo brasileiro só acatou as decisões desse Congresso em 1943, quando o presidente Getúlio Vargas, por meio do Decreto-Lei Nº 5.540, de 02 de Junho de 1943, adotou a data de 19 de abril como o “Dia do Índio”.

Brasil, porque aqui existe uma força que vem da terra e das matas, que vem com o vento: a força do Grande Espírito. A força que podemos ver quando os velhos perdem a força, mas são respeitados. A força que vem das crianças, que não tem ainda a força, mas são respeitados. Um mundo indígena que a tecnologia, a modernidade nunca quis praticar, e que por isso mesmo, está construindo uma civilização que não pode dar certo (Marcos Terena, 2003).

Esse entendimento de um dia específico para comemorar é largamente cultuado no calendário escolar e o mês de abril enche páginas nos cadernos das crianças: Dia do Índio, Tiradentes, Dia do Descobrimento... Em nome de um modelo nacional de emulação a escola reforça caricaturas de índios, de heróis, de fatos. A despeito especificamente do dia do índio, na maioria das vezes, crianças são pintadas no rosto e enfeitadas com um cocar, entoam ridículos “uuuus...”, normalmente usando penas de galinha ou feitas de papel, em que as crianças pintam um modelo, sem qualquer reflexão sobre o índio da vida real, que ainda sobrevive em áreas demarcadas, na beira das estradas, vendendo artesanato. E se, por vezes tema é tratado com seriedade, acaba por restringir a reflexão apenas a essa data.

Normalmente, quando a diversidade étnica é abordada na escola é mencionada a italiana, a alemã, a polonesa, ficando em segundo plano a portuguesa e com esta a açoriana, a africana e, sobretudo a indígena. Parece que nossas crianças, nossos jovens, nossos adultos não possuem ancestralidade indígena, tendo os cabelos lisos, a pele rosada, um jeito alegre e simples de ser e estar.

Darcy Ribeiro, em sua obra “O Povo Brasileiro” (2000), refere-se a uma “ninguém” mestiça que deu origem ao que é, essencialmente, o povo brasileiro:

O brasilíndio como o afro-brasileiro existiam numa terra de ninguém, etnicamente falando, e é a partir dessa carência essencial para livrar-se da ninguemdade de não-índios, não-europeus e não-negros, que eles se vêm forçados a criar a sua própria identidade étnica: a brasileira (p.131).

A escola precisa investigar a origem étnica da “ninguém”, daquele que não é mencionado, que fica à margem. Conhecer a origem da família das crianças, dos jovens, dos adultos não somente como tema gerador, motivador, mas de fato como aprofundamento teórico da origem do Brasil. Reconhecer a beleza e a complexidade de ser um “Santos”, um “Ramos” e ter uma cor, um jeito, uma forma de festejar a vida – terno de reis, simpatias, tributo a lendas, chás curadores, culto à Iemanjá... Inúmeras práticas que marcam jeitos de ser e estar que reportam à cultura indígena, africana, açoriana – aos “ninguém” de nosso currículo escolar.

A escola para – com - dos povos indígenas

Os povos indígenas, inseridos num mundo povoado por instituições burocratizadas, onde predomina a cultura escrita, explicitam a necessidade de conhecer tecnologias da sociedade ocidental, especialmente a língua portuguesa que, conquanto a pluralidade lingüística que de fato vigora no Brasil, ainda é considerada única e oficial, exigida nas interações e incursões que empreendem na sociedade nacional. A escrita é outra tecnologia necessária para os povos indígenas dialogarem com as instituições, assim como conhecimentos do sistema monetários e o próprio modo de vida que predomina na sociedade ocidental. Por isso, os povos indígenas querem escola e lutam por uma escola específica e diferenciada, que reconheça as diferenças e, especialmente, a cosmologia de cada povo.

Sabemos que a escola para o índio é a mais antiga no Brasil e, durante séculos atuou no intuito de europeizar os povos indígenas, cristianizá-los, integrá-los à sociedade nacional. Porém, cada povo soube também modificar a escola e fazer com que, pelo menos em alguns aspectos, servisse aos seus interesses. Nos quatro primeiros séculos de colonização a escola esteve a cargo de missões religiosas e no século XX, com a criação do Serviço de Proteção ao Índio – SPI, o Estado também manteve escolas para os índios. Mais tarde, em 1967, quando a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, substituiu o SPI, continuou sendo o Ministério da Justiça a instância estatal responsável pelas escolas indígenas, distanciando-as do sistema escolar brasileiro gerido pelo Ministério da Educação.

Foi na Constituição Federal de 1988 que os povos indígenas conseguiram registrar seus direitos e abrir um caminho mais forte para transitar seus sonhos. A partir da lei Magna da nação brasileira, outras leis se sucederam, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEM/ 1996, reconhecendo direitos indígenas a uma escola diferenciada, atualmente referendada legalmente. Em 1991 o Ministério da Educação assumiu a responsabilidade da Educação Escolar Indígena e algumas questões básicas tornam-se evidentes: as escolas nas aldeias devem estar, prioritariamente sob a responsabilidade de professores indígenas, devem ser bilíngües ou se adaptar à situação lingüística da aldeia e organizar seu currículo respeitando a cosmologia de cada povo. Essas determinações vêm se concretizando nas 1.392 escolas que compõem o universo escolar indígena no Brasil, onde lecionam 3.059 professores índios e estudam, aproximadamente, 93 mil pessoas. Todas essas escolas caminham no sentido de resguardar aos professores indígenas o direito de ensinar nelas. A idéia que predomina hoje é de uma escola indígena que afirme a cultura e potencialize cada pessoa indígena que a frequenta, instrumentalizando os povos indígenas para o diálogo intercultural.

No Rio Grande do Sul, a Secretaria de Estado da Educação é responsável pela rede de 67 escolas indígenas, onde estudam quase 4.300 alunos, com a atuação de mais de cem professores dos Kaingang e dos Guarani, as duas etnias que habitam as terras indígenas de nosso estado. Ter escola

não significa abandonar os modos tradicionais de educação. Muito pelo contrário, cada vez mais os povos indígenas afirmam sua educação tradicional, como nos mostram as palavras de André Fernandes, cacique de uma aldeia Guarani do Rio Grande do Sul:

A educação da criança na aldeia é uma questão que vamos dizer assim, com delicadeza as pessoas falam para a criançada e se pode falar da forma de brincar e também aconselhamentos para respeitar o outro, o adulto, manter já mais respeito e também crescer assim que algum dia ele também vai ser adulto, um avô de alguém e ele tem que saber ouvir quando outra pessoa fala para levar todas as palavras gravadas dentro de sua mente. (...) o professor para uma criança é o avô, pai, mãe e contar como era antigamente e também mostrar coisas que se faz dentro da aldeia, de que forma trabalhavam, depois, quando tiver a sua família, pode educar novamente na forma em que foi educada. (...) Por isso, para nós, o mais importante é a nossa forma de viver. Tem que mostrar a nossa forma de trabalhar, de construir casas, isso aí, todas essas coisas fazem parte da educação da criançada. A medida que vai crescendo, cada dia vai conhecendo coisas, vai aprendendo como fazer.

Contando com o entendimento que os povos indígenas existem, possuem uma cultura diferenciada em contato com o branco e como um dos produtos desse contato a escola vai se constituindo nas aldeias, desde 2004 realizamos um trabalho de extensão na Faculdade de Educação denominado “Semana Indígena” cuja motivação principal é o 19 de abril, ou seja, o então determinado “Dia do Índio”. Esta atividade constitui um dos modos escolhido para dialogar com as aldeias indígenas, contudo, outras formas de interação ocorrem em outras situações de pesquisa e extensão desenvolvidos na Universidade³.

Semana Indígena, Dia do Índio: Um espaço na formação de professores

Estudar interculturalidade, teorizar sobre ela vivenciando um meio dos iguais, de certa forma, é muito simples. Nos anos de 2004 e 2005, através de um trabalho de extensão, vamos rompendo com essa lógica do “inter” cultural com uma prática “mono” - de uma fala e uma escuta entre iguais, pois trouxemos os índios, os diferentes para apresentar sua cultura para as alunas da Pedagogia, professores e alunos da rede municipal, estadual.

Na Semana Indígena do primeiro semestre de 2004, o professor Guarani Mário Verá Moreira, da Escola Estadual Indígena Karáí Arandu, da Aldeia do Cantagalo, município de Viamão, RS realizou uma palestra sobre a sua escola, seu entendimento sobre o ensinar e o aprender. Durante sua explanação, ocorreu uma estética de discurso diferenciada, falando baixo, olhando nos olhos: *“Quando eu tenho mais alguém comigo, tenho a espiritualidade para me encostar; Falar do fundo*

³ Para exemplificar, citamos o Projeto de extensão Formação de professores Guarani, desenvolvido no período de 2003-2004, tendo realizado vários seminários, tanto nas aldeias quanto na Universidade, assessorando e dispendo o Laboratório de Informática para que os professores indígenas realizassem o livro Ayvu Anhetengua, prestes a ser lançado, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul.

do coração junto do corpo, corpo tem força na voz”.

A mobilização para concretizar o encontro se dá nos dois mundos e o convite que motiva uma visita à aldeia é uma primeira amostra dos deslocamentos que também produz em nós, não-índios, preparar uma atividade dessa natureza. As pessoas das aldeias, tanto Kaingang quanto Guarani⁴, gostam de mostrar o seu “modo de ser”, porque é uma forma de contribuir para dirimir as incompreensões. Valorizam a interlocução com a UFRGS, considerada por algumas lideranças indígenas como instituição aliada⁵. Contudo, a decisão de participar desses eventos é da aldeia e passa pelos modos como se organizam em relações aos poderes e saberes próprios de cada lugar. Decidem com cuidado e escolhem a pessoa da aldeia que virá para falar sobre a sua cosmologia.

O convite é cultivado com contatos telefônicos, para fazer as necessárias combinações e, mais do que isso, estreitar laços que legitimam, afetivamente, o encontro, pois, para o povo indígena, é a emoção que dá a tônica para agir em frente à realidade, que não é apenas percebida, mas, antes de tudo é sentida (Kusch, 1977). Assim procedemos na preparação das Semanas Indígenas de 2004 e 2005, bem como na Semana Acadêmica da Educação 2003, cuja programação contemplou uma mesa de debate sobre educação Guarani, envolvendo os professores das aldeias com as quais a Faculdade de Educação tem dialogado mais intensamente⁶.

No processo de preparação das atividades, combinamos como “pagamento” da presença das pessoas indígenas, a doação de material escolar e alimentos para a escola, bem como organizar um espaço para a venda de artesanato Guarani em frente ao prédio da faculdade, sendo tais combinações determinantes de uma troca, de um “escambo” de necessidades, saberes, cultura. Assim nos aproximamos de uma característica dos povos antigos da América: a reciprocidade, fundada no dom e na dádiva, elementos principais de sua economia. Em certa medida, essa é uma característica que continua nas aldeias Guarani, motivo de grandes incompreensões e desencontros com a sociedade ocidental, aprofundados desde os primeiros contatos. A reciprocidade Guarani se expressa no Putirõ, no Japoi e no Tepy, que significam, respectivamente, auxílio recíproco no trabalho conjunto; as mãos abertas para dar e receber, como dádiva e dom mútuo; no convite e na festa. A reciprocidade constituía e, de certa forma, ainda constitui, um espaço onde a pessoa se reconhece, espaço vital onde as coisas adquirem sentido e se gera um sentimento de pertencimento (Melià & Temple, 2004).

⁴ Ao referimos aldeias indígenas, falamos das etnias Kaingang e Guarani, pois são elas nossas interlocutoras.

⁵ Acreditamos que o depoimento do cacique Guarani José Cirilo Morínico, de que a UFRGS é aliada dos povos indígenas, foi motivada pelas pesquisas e projetos que dialogam respeitosamente com as aldeias indígenas.

⁶ No evento da Semana Acadêmica foram convidados os professores da Escola Estadual Indígena Karai Nhe’e Katu, da Estiva e da Escola Estadual Karai Arandu, do Cantagalo, situadas no município de Viamão, RS; da Escola Estadual Indígena Anhetenguá, Lomba do Pinheiro, Porto Alegre, RS e da Escola Estadual Tekoá Porã, da aldeia Coxilha da Cruz, município de Barra do Ribeiro, RS.

Na semana indígena de 2005, quando resolvemos apresentar as duas etnias indígenas existentes no Rio Grande do Sul, Guarani e Kaingang, organizamos dois momentos: um dia para o lançamento do CD de Cantos Guarani “Nhanderú Jepoverá”⁷, com a presença do coordenador do coral Adriano Verá Benitez e as crianças integrantes do grupo, que nos presentearam cantando alguns de seus cantos tradicionais e estabeleceram uma fecunda conversa com o público presente. O outro momento da semana indígena contemplou a presença de três lideranças Kaingang, sendo um deles professor em uma aldeia, e, junto com a antropóloga Ana Elisa Freitas proferiram palestra, abordando os aspectos importantes da vida e da educação Kaingang. Foi apresentando o vídeo “Dia de Mudança”, dirigido pela antropóloga convidada, que retrata um dia na vida de uma família kaingang moradora da cidade de Porto Alegre.

SEMANA INDÍGENA ABRIL - 2005

Dia 18 2ª feira - 10h - sala 101

- Apresentação do Grupo de Canto e Dança Guarani da Aldeia Jataity, Cambagala, RS
- Conversa com o Coordenador do Grupo, Adriano Verá Benitez
- Conversa sobre o modo de ser Guarani com Florentina Fernandes e Marcolino da Silva
- Lançamento do CD de Cantos Guarani “Nhanderú Jepoverá”, FÁCED e Fundo de Mini-Projetos da Região Sul
- Feira de artesanato Guarani

Dia 19 3ª feira - 10h - sala 101

- Apresentação do vídeo “Dia de Mudança”, direção de Ana Elisa de Castro Freitas
- Conversa com a diretora do vídeo sobre o gênero de documentário “etnografia fílmica”
- Conversa sobre o modo de ser Kaingang com o professor Kaingang Dorvalino Refil Cardoso
- Feira de artesanato Kaingang (produtores: alimentos não perecíveis ou material escolar)

Patrocínio:
UFRGS
FÁCED
DAFI
FMP
DAPILO
DAPILO

No lançamento do CD Guarani houve uma marcante presença de alunos e alunas de EJA do Centro Municipal de Educação de Adultos Paulo Freire, um grupo constituído também por pessoas velhas, outros com necessidades educativas especiais, além de alunas da Pedagogia, professores de escolas estaduais. Tal presença possibilitou uma sintonia, “uma espiritualidade para se encostar”, na forma de palmas durante as músicas, de perguntas diretas e respostas: - O que índio faz quando tem dor de dente? - Índio chora.

⁷ O CD foi realizado com o financiamento do Fundo de Mini Projetos da Região Sul –FMPSUL e produzido com o apoio da UFRGS. Constitui, além de uma possibilidade para divulgar a cultura Guarani, uma fonte de geração de renda para a aldeia.

No entanto, às perguntas dirigidas por nossas colegas professoras da Faculdade, as respostas demonstraram uma postura de respeito frente à academia, sem, no entanto, mostrarem-se inferiores. Tanto os Guarani quanto os Kaingang usaram a "informação" carregada de sentidos, para responder às questões que a academia propunha naquele momento. Para um observador menos avisado, parecia não ter "entendido" a pergunta. Essa constituiu-se de uma estratégia sutil e interessante que lhes permitiu dizer: *estes são os "seus" valores e as suas preocupações, não as "nossas". É justamente a isso que estamos resistindo!*

A academia, por sua vez, se considera auto-suficiente e esta "auto-suficiência é incompatível com o diálogo" (Freire, 1987). Embora a academia se coloque, grande parte do tempo como guardiã dos direitos de "toda" a sociedade, não podemos esquecer que ela faz parte, ao mesmo tempo, através dos indivíduos que a compõem, da elite desta mesma sociedade. Desta forma, dá para identificar e, até mesmo, entender suas estratégias de resgate e "proteção" aos grupos considerados "menos favorecidos". Mesmo que inconscientemente, acaba por trazer à tona uma velha estratégia de manter desunidos como se fossem vários "casos únicos" os diferentes de si. Como diz Freire (1987) "dividir, para manter a opressão (...) outra dimensão fundamental da teoria da ação opressora tão velha quanto a opressão mesma" (p.138).

Acontecimentos recentes nos mostram que o "organizar-se" pode ser sentido como ameaça. O que poderemos esperar quando a "audácia" de pretender fazer parte da academia não como "objeto" mas como sujeitos atuantes com espaços e valores próprios? Sendo justamente nesta tensão, nesta idéia de desordem do indígena como professor, como liderança que fala sobre sua cultura, a motivação de nosso trabalho de extensão sobre a cultura indígena.

Para abolir o "pintar as crianças de índio" e anunciar a existência de uma cultura indígena própria que luta por uma escola diferenciada, pela demarcação de suas áreas de terra ancestrais, pela sua sobrevivência.

Tecendo resultados: "Todo dia é dia de índio"

O CD "Nhanderú Jepoverá" articulado aos projetos de pesquisa do doutorado das professoras Maria Aparecida Bergamaschi e Ana Luiza Menezes obteve visibilidade, captou outros lugares para comercialização a partir da "Semana Indígena" na FACED de 2005. Corresponde a um instrumento concreto para mostrar, compreender, admirar a cultura indígena no dia do índio e também nos outros dias do ano. Corresponde a um artefato didático concreto, de possível acesso para as escolas, com as letras dos cantos no idioma Guarani traduzidos para o português.

A conversa com professores indígenas – Guarani e Kaingang – tem levado nossas alunas⁸ do curso de Pedagogia nas disciplinas de História da Educação a refletir sobre essa escola branca, que como bem colocou o professor Guarani Mário “*O papel tem matado muitos índios*” que continua matando os índios quando comemora o “Dia do Índio” reforçando o estereótipo de um sujeito genérico, inacessível: todos os índios são iguais, pintam o rosto, dançam em torno de fogueiras e vivem nas matas....⁹

Na especificidade Guarani e Kaingang refletimos sobre a diversidade lingüística, de costumes, de modelo de escola. As diferenças embelezam os seres e desafiam a compreensão, impulsionam outras verdades. A escola branca também é tocada, pois se todo o dia é dia desse índio diferente, sujeito de direitos, também a escola branca, sobretudo das classes populares, precisa ser legítima, de qualidade, valorizadora dos sujeitos brancos e negros que ali se encontram.

A venda de artesanato possibilita o entendimento do uso do cipó pelos Kaingang e destes a preservação das matas, sendo o cipó vegetação da borda da mata, já do contato com o urbano. Assim entendemos a defesa que os Kaingang fazem, juntamente com outros povos indígenas brasileiros, de morar em áreas de preservação, nos centros urbanos, para preservá-las da depredação promovida pelo branco, com um manejo ambiental responsável, utilizando-se dos saberes ancestrais para preservar aquilo que para todos nós é sagrado, embora o povo indígena explicita essa concepção em atos. Uma mata não é só os animais, as plantas que nela estão, mas também as pessoas que podem interagir com ela de forma respeitosa, sendo essa a defesa dos Kaingang.

O artesanato Guarani com seus “bichinhos”, animais entalhados em madeira, brincos, pulseiras, colares, uma outra idéia de belo nos acessórios das alunas de graduação e o entendimento do artesanato como forma de sobrevivência hoje dos índios e contato permanente de sua cultura do trabalho, que além da discriminação que estão sujeitos a sua competição com o branco no assalariamento, mantém na prática do artesanato sua relação com o tempo que é outra, vinculada a uma cosmologia que prima pela fluidez, pelo prazer, não pelo sacrifício, sendo esse último tão intrínseco na nossa relação de trabalho pela lógica protestante: “*Ganharás o pão com o suor de teu rosto*”.

Nas tratativas de trazer os índios de suas aldeias, conseguir o deslocamento via vale transporte ou veículo especial, como fizemos com a vinda das crianças do grupo de Canto e Dança Guarani, sob financiamento do Fundo de Mini Projetos da Região Sul - FMPSUL, adequar um espaço para venda do artesanato, possibilitar refeições um pouco mais próximas ao seu alimento diário, através da negociação do cardápio com os restaurantes do Campus Central da UFRGS, parceiros de

⁸ Usamos alunas – no feminino, pois temos poucos alunos homens no curso. As mulheres representam a maioria discente no curso de Pedagogia da UFRGS.

⁹ Algumas pessoas Guarani contam que quando Deus criou a terra dividiu-a ao meio e distribuiu o mato para os índios e o campo para os brancos, sendo que estes, não contentes com o que receberam, ampliaram as cidades e invadiram as matas dos Guarani, obrigando-os a viver também nas cidades, ou próximo delas.

extensão nas ações com o povo Kaingang e Guarani (sem carne bovina, com pouco sal...) vamos inculcando um outro jeito de contato também, uma forma específica que respeita seus tempos, sua cosmologia, seu dia especial...

Atualmente um grupo de alunas da Pedagogia, integradas ao trabalho interdisciplinar das aulas História da Educação no Brasil e Sociologia Geral I, estão desenvolvendo, junto a uma aldeia Guarani, um ensaio de pesquisa em relação à escola diferenciada e bilíngüe, que envolve crianças de várias idades, com um professor Guarani. Sendo esse encontro com a pesquisa proporcionado pelo trabalho de extensão da Semana Indígena, representando um esforço de investigação da educação familiar, comunitária e escolar presentes na cosmologia Guarani.

O grupo de alunas pesquisadoras, na continuidade do culto à reciprocidade, tem levado material escolar para a aldeia, em um acordo feito com o professor, e no conjunto de docentes, técnicos administrativos, integrantes do Diretório Acadêmico dos Estudantes da Pedagogia (DAFE) - sendo que o DAFE foi promotor da atividade da Semana Indígena de 2005, nosso parceiro na atividade - ocorre uma doação permanente de alimentos. No último natal, uma coleta de recursos para a compra de frangos, com os quais os Guarani das aldeias próximas a UFRGS prepararam uma bela festa indígena com o pretexto de doação de alimento de uma data européia - o natal. Os Guarani, conscientes da sensibilidade que predomina nesse período do ano, solicitaram - por intermédio das pesquisadoras de doutorado - o cardápio para sua festa especial e foram atendidos.

Ao enxergar um índio adulto Guarani ou Kaingang, uma criança Guarani ou Kaingang vendendo seu artesanato, um Guarani ou um Kaingang almoçando em um dos restaurantes da universidade, o dia do índio, a semana do índio não tem o mesmo significado para nosso olhar pedagógico. É um dia tocado pela concretude daquele que “está” - como bem coloca Kush - pela tradição, pela cosmologia própria, pelo entendimento de mundo que não é o mesmo do branco, não é o mesmo da academia. Mas que também “é” - não mais com sua cultura intocada, não mais andando nu, mas querendo uma escola própria, uma convivência próxima aos centros urbanos para poder reivindicar políticas públicas específicas e sobreviver.

Ser e estar vivo em todos os dias, ser e estar Índio!

Referências bibliográficas

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Educação escolar Guarani no Rio Grande do Sul: a política pública em movimento (1988-2004)**. Projeto de Tese. PPGEDU/UFRGS, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JACUPÉ, Kaka Werá. **A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio**, 3ª ed. São Paulo: Petrópolis, 1998.

KUSC, Rodolf. **El pensamiento indígena y popular em América**. Bueno Aires: Hachette, 1977.

KUSCH, Rodolf. **América Profunda**. Buenos Aires: BONUM, 1986.

MELIÀ, Bartolomeu e TEMPLE Dominique. **El don, la venganza y otras forma de economia guarani**. Asunción del Paraguay: Centro de Estudios Paraguayos “Antonio Guasch”, 2004.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro** : A formação e o sentido do Brasil. 16^a ed. São Paulo: 2000.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 2^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

Página Web: www.funai.gov.br.

Imagem: cartaz produzido por Kundry Lyra Klipell, Central de Produções, FACED para divulgação da Semana Indígena 2005.

Sugestão bibliográfica de apoio para abordar a temática indígena na escola

CASTANHA, Marilda. **Pindorama, terra das Palmeiras**. Belo Horizonte: Formato, 2000.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Viagem ao mundo indígena**. São Paulo: Berlendis e Vertecchia, 1997.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi; VIDAL, Lux; FISCHMANN, Roseli (org.) **Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade**. São Paulo; EDUSP, 2001.

JACUPÉ, Kaka Werá. **Tupã Tenondé: a criação do Universo, da terra e do homem segundo a tradição oral Guarani**. São Paulo: Peirópolis, 2001.

JAKUPÉ, Olívio. **Verá: o contador de histórias**. Povo Guarani; ilustrações das crianças Guarani. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2003.

KITHÁULU, René. **Irakusu: o menino criador**. Povo Nambikwara; ilustrações do autor e das crianças Nambikwara. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2002

MINDLIN, Betty e Narradores Indígenas. **Terra Grávida**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1999.

MUNDURUKU, Daniel **As serpentes que roubaram a noite e outros mitos**. Povo Munduruku; ilustrações das crianças Munduruku da aldeia Kato. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2001.

MUNDURUKU, Daniel; ilustrações de Marilda Castanha. **O segredo da chuva**. São Paulo: Ática, 2003.

MUNDURUKU, Daniel; ilustrações de Rogério Nordes **Meu avô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

SILVA, Aracy Lopes da e FERREIRA, Mariana Kawall. (org.) **Práticas Pedagógicas na escola indígena**. São Paulo: Global, 2001.

SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal. (org.) **Antropologia, história e**

educação: a questão indígena e a escola. São Paulo: Global, 2001.

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. (org.) **A temática indígena da escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus.** São Paulo: Global; Brasília: MEC: MARI: UNESCO, 1998.

SILVA, Aracy Lopes da; MACEDO, Ana Vera Lopes da Silva; NUNES, Ângela (org.) **Crianças Indígenas: ensaio antropológicos.** São Paulo: Global, 2002.

YAMÃ, Yaguarê. **Puratig: o remo sagrado** - Povo Saterê Mawé. Ilustrações do autor, de Queila da Glória e das crianças Saterê Mawê. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2001.